



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Santo Antônio, s/n – Centro – Senador Georgino Avelino/RN
E-mail: smssenadorgeorginoavelino1320@gmail.com
CEP: 59168-000 CNPJ: 12.168.522/0001-58

TERMO DE REFERÊNCIA

1 DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE FARMÁCIA BÁSICA, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo, segue listagem para link dedicado:

1.2. LOTE I- FARMÁCIA BÁSICA:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
ACICLOVIR 50MG/G , CREME	20	BISNAGA
ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG	5000	COMPRIMIDO
AD-TIL SOLUÇÃO ORAL	5	FRASCO
ALBENDAZOL 40MG/ML	300	FRASCO
AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 400MG+57MG/5ML. FRASCO C/ 70ML	50	FRASCO
AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG	420	COMPRIMIDO
AZITROMICINA 250MG/5ML 600MG	200	FRASCO
AZITROMICINA 500MG	1000	COMPRIMIDO
BROMOPRIDA 4MG/ML, GOTAS	200	FRASCO
CARVEDILOL 3.125MG	500	COMPRIMIDO
CEFALEXINA 500MG	1500	COMPRIMIDO
CETOCONAZOL 20MG/G	150	BISNAGA
CIPROFLOXACINO 500MG	700	COMPRIMIDO
DESLORATADINA 0,5MG/ML	80	FRASCO
DECLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4+BETAMETASONA SOL. ORAL FR. 100ML + COPO MEDIDOR	200	FRASCO
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO GEL 11,6MG/G	50	BISNAGA
DIGOXINA 0,25MG	500	COMPRIMIDO
DROPROPIZINA 1,5MG/ML XAROPE	70	FRASCO
DROPROPIZINA 3MG/ML XAROPE	70	FRASCO
ESPIRONOLACTONA 25MG	800	COMPRIMIDO
FENOTEROL (BEROTEC) 5MG/ML	10	FRASCO
FERRIPOLIMALTOSE 100MG+ ÁCIDO FÓLICO 0,35MG C/30 (NORIPURUM FÓLICO)0	5	CAIXA
FLUCONAZOL 150MG	500	COMPRIMIDO
HEDERA HELIX L. 7MG/ML	100	FRASCO
IBUPROFENO 300 MG	800	COMPRIMIDO



Estado do Rio Grande do Norte

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Santo Antônio, s/n – Centro – Senador Georgino Avelino/RN

E-mail: smssenadorgeorginoavelino1320@gmail.com

CEP: 59168-000 CNPJ: 12.168.522/0001-58

IBUPROFENO 400MG, CÁPSULA MOLE	800	CÁPSULA
IBUPROFENO 50MG/ML GTS.	100	FRASCO
IBUPROFENO 600MG	2000	COMPRIMIDO
LEVOFLOXACINO 500MG	150	COMPRIMIDO
LEVOFLOXACINO 750MG	300	COMPRIMIDO
LEVOTIROXINA 25MCG	1000	COMPRIMIDO
LEVOTIROXINA 75MCG	600	COMPRIMIDO
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG/ML	300	FRASCO
MELOXICAM 15MG	3000	COMPRIMIDO
METRONIDAZOL NISTATINA, 100MG/G+ 20.000UI/G, CREME VAGINAL	50	BISNAGA
MICONAZOL 20MG/G, CREME VAGINAL	100	BISNAGA
NISTATINA CREME VAGINAL 25.000 UI/G	100	UNIDADE
NEOLEFRIN XAROPE	400	FRASCO
PASTA D'ÁGUA	50	UNIDADE
PROPRANOLOL 40MG	500	COMPRIMIDO
SINVASTATINA 20 MG	4000	COMPRIMIDO
SINVASTATINA 40MG	4000	COMPRIMIDO
TRIANCINOLONA ACETONIDA (POMADA BUCAL) 1MG/G	50	BISNAGA
VITAMINA D 7.000UI	50	COMPRIMIDO

1.3. Os itens objeto deste Termo de Referência estão dentro da padronização seguida pelo órgão responsável, ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho, levantados de acordo com real necessidade da administração.

2 DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

2.1. O fornecimento será efetuado de acordo com a necessidade do órgão

2.2. Serão aceitos os itens objeto deste Termo desde que:

2.2.1. A quantidade esteja de acordo com a expressa no Termo de Referência;

2.2.2. A especificação esteja em conformidade com o solicitado neste Termo de Referência.

2.2.3. Garantia e validades iguais ou superiores a 24 meses, devidamente legíveis nas embalagens dos medicamentos.

2.2.4. Correto acondicionamento dos medicamentos no momento e trajeto de entrega

2.2.5. Substituições de medicamentos de Referência por genéricos somente com prévia apreciação dos setores responsáveis vinculados a Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino, bem como o profissional farmacêutico pertencente ao quadro funcional.

2.2.6. a entrega dos itens contratados, dentro das condições pactuadas, como horários compreendidos entre 08:00h e 14:00h de dias úteis, local previamente estabelecido, mas especificamente a CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico, localizado na Unidade Básica de



Saúde Palmira Régis Freire, situada na Rua João Aureliano de Lima, nº 03, Centro, Senador Georgino Avelino/RN, sendo esta entrega devidamente acompanhada pelo profissional Farmacêutico, ou auxiliar de farmácia designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

2.2.7. A entrega deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da ordem de compra.

3 JUSTIFICATIVA

Considerando:

Que a presente aquisição almeja alcançar a seguinte finalidade: Abastecimento e manutenção dos estoques farmacêuticos vinculados a atenção básica da Secretaria Municipal de Saúde, atendimento de requisições farmacêuticas das equipes da ESF (Estratégia Saúde da Família), e destinação correta dos medicamentos a serem licitados a fim de prevenir a automedicação.

Considera-se atualmente que o Município de Senador Georgino Avelino conta com duas Unidades Básicas de Saúde e suas respectivas farmácias, ambas em pleno funcionamento, devidamente equipadas e com recursos humanos necessários para o atendimento à população, deste modo, é de extrema necessidade a aquisição dos itens contidos em ANEXO I para que o abastecimento farmacêutico continue suprindo as demandas de encaminhamentos das duas equipes da Estratégia da Família.

Neste contexto, torna-se imprescindível a aquisição dos MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA, para o atendimento à população em larga escala, visando o tratamento imediato, sintomático e devidamente diagnosticado das doenças de primeira amplitude. A aquisição deve ser custeada de forma fracionada entre recursos próprios e recursos federais. Assim, solicita-se a célere contratação de empresa especializada para atender as demandas aqui expostas, mediante justificativas.

2 PERÍODO PARA CONTRATAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação será de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 105 da Lei 14.133/2021.

3 VALOR GLOBAL DE REFÊRENCIA E AVALIAÇÃO DO CUSTO

3.1 O valor estimativo da contratação será realizado de acordo com o art. 23 da Lei 14.133/2021, regulamento pelo Decreto Municipal 091/2024, e será anexado o mapa comparativo aos autos, juntamente com as comprovações de onde os valores foram extraídos.

5 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

5.1 A contratação deverá ser realizada estabelecendo como critério de seleção de fornecedor o **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando sempre ampliar a competitividade e consequentemente a busca pela proposta mais vantajosa para a administração.



6 DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.2 Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

6.1.3 Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.1.4 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

6.1.5 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal-SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.6 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicado no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme IN DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

6.1.7 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.1.8 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples e empresária: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.1.9 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP-P válida, ou ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do Art. 4º, parag. 2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

6.1.10 Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

6.1.11 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da IN RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (art. 17 a 19 e 165).

6.1.12 Ato de autorização para o exercício da atividade contratada sujeita à autorização, expedido pelo órgão competente nos termos da lei.

6.1.13 Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.1.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



6.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

6.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

6.2.3 Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e com a Procuradoria Geral da sede da licitante, mediante certidão negativa de débitos;

6.2.4 Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6.2.5 Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, incluindo-se créditos previdenciários, mediante da Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

6.2.6 Certidão Negativa de Débitos Municipais;

6.2.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.3.1 Comprovação de capacidade técnica, mediante apresentação de atestados fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para desempenho de atividade compatível em características ao objeto desta licitação;

6.3.2 Sendo o atestado fornecido por pessoa jurídica de direito privado, a assinatura do representante legal deve ser reconhecida firma em cartório competente;

6.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1 Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, a emissão deve ser com data de até 30 (trinta) dias anteriores da sessão pública eletrônica, ou na data de vigência especificada na certidão, caso haja;

6.4.2. A licitante também deve comprovar possuir capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente até 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7 CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133, e nos prazos estabelecidos no Decreto Municipal nº 091/2024-GP/PMSGa.

7.2 A liquidação da despesa somente será efetuada após “atesto” do gestor de contrato, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhados das comprovações e certificações dos serviços pelo fiscal do contrato designado.

7.3 O CNPJ constante da Nota Fiscal de deverá ser o mesmo indicado no Empenho, na liquidação



e no domicílio bancário;

- 7.4** Atestada(s) a(s) nota(s) fiscal (is), a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da Lei;
- 7.5** A Nota Fiscal deverá estar bem explícita na sua descrição o serviço.
- 7.6** As Notas Fiscais que forem apresentadas com erro serão devolvidas à CONTRATADA para retificação e reapresentação.
- 7.7** Os pagamentos serão feitos em ordem cronológica de acordo com a Resolução 11/2024 do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

8 DO REAJUSTE

- 8.1** Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 8.2** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 8.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.5** Entende-se por reajuste, a forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no item 8.2 deste termo, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, em conformidade com o Art. 6º, LVIII da Lei 14.133/2021.
- 8.6** Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 8.7** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.8** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.9** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 8.10** O reajuste será realizado por termo aditivo.

9 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 9.1** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do Art. 6º, Inciso VIII da Lei Federal 14.133, de 2021 e De acordo com o Decreto Federal 10.818/2021 que regulamenta o art. 20 da Lei 14.133/2021, bem como, o Decreto Municipal 091/2024.



10 RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

10.1 Os bens objeto deste Termo de Referência serão recebidos:

10.1.1 Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e da proposta.

10.1.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até **02 (dois) dias** do recebimento provisório.

10.1.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.1.4 A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 São obrigações do CONTRATANTE:

11.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, bem como efetuar o pagamento de acordo com a forma convencionada;

11.1.2 Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa realizar a entrega dos itens contratados, dentro das condições pactuadas, como horários compreendidos entre 08:00h e 14:00h de dias úteis, local previamente estabelecido, mas especificamente a CAF – Central de Abastecimento Farmacêutico, localizado na Unidade Básica de Saúde Palmira Régis Freire, situada na Rua João Aureliano de Lima, nº 03, Centro, Senador Georgino Avelino/RN, sendo esta entrega devidamente acompanhada pelo profissional Farmacêutico, ou auxiliar de farmácia designados pela Secretaria Municipal de Saúde.

11.1.3 Notificar a CONTRATADA, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades nas entregas dos produtos, fixando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para sua substituição;

11.1.4 Ordenar, se for o caso, a imediata substituição de empregado da CONTRATADA que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização;

11.1.5 Observar para que durante toda a validade do Contrato Administrativo e/ou Atas de Registros de preços, oriundos deste Termo de Referência. Sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA, exigíveis neste Termo e demais documentos por ele orientado, solicitando desta, quando for o caso, a documentação que substitua aquela com prazo de validade vencida.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1 A Contratada obriga-se a:

12.1.1 Efetuar a entrega dos bens de acordo com o exigido neste Termo de Referência;



Estado do Rio Grande do Norte

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Rua Santo Antônio, s/n – Centro – Senador Georgino Avelino/RN

E-mail: smssenadorgeorginoavelino1320@gmail.com

CEP: 59168-000 CNPJ: 12.168.522/0001-58

12.1.2 Os materiais requisitados e entregues deverão ser exatamente em conformidade e quantidade, com o constante da requisição/ordem de fornecimento, emitida por servidor devidamente credenciado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, devendo substituí-lo sempre que ocorrer qualquer desconformidade, com prazo de entrega de no máximo 48 (quarenta e oito) horas a contar da notificação.

12.1.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.4 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

12.1.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.1.6 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

12.1.7 Indenizar o Município por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra a Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

13 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que, no decorrer da contratação:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Santo Antônio, s/n – Centro – Senador Georgino Avelino/RN
E-mail: smssenadorgeorginoavelino1320@gmail.com
CEP: 59168-000 CNPJ: 12.168.522/0001-58

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste TR as seguintes sanções:

13.2.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

13.2.2 Multa;

13.2.3 Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 60 (sessenta) dias;

13.2.4 Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa moratória, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do contrato

13.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN, pelo prazo de 3 (três) anos.

13.2.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

13.2.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.2.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo de responsabilização, que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e o regulamento municipal, se for o caso.

14 DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação total do objeto licitatório.

15 MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16 CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 O prazo para as entregas é de 5 dias (cinco dias) uteis, contados do recebimento da respectiva ordem de compra.

16.2 Todo o processo de entrega deverá ser acompanhado por funcionários designados pela Administração Pública.

16.3 Os medicamentos adquiridos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser



Estado do Rio Grande do Norte
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua Santo Antônio, s/n – Centro – Senador Georgino Avelino/RN
E-mail: smssenadorgeorginoavelino1320@gmail.com
CEP: 59168-000 CNPJ: 12.168.522/0001-58

refeitos/prestados novamente no prazo de 48 (quarenta) horas, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.5 Os medicamentos serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.6 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.7 A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

16.8 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

16.9 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

16.10 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Senador Georgino Avelino/RN, 28 de fevereiro de 2025.

MARISTELA CRUZ ALBUQUERQUE
Secretária Municipal de Saúde